

**TERMO DE REFERÊNCIA 18**  
**CONTRATO POR SERVIÇO -CNT/OPAS -**  
**CRÔNICOS R4**

**1. JUSTIFICATIVA**

A Constituição Federal de 1988 e a Lei Orgânica da Saúde (Lei 8.080/2990) constituem referência aos processos de implantação do Sistema Único de Saúde (SUS) em todo território nacional e dispõem sobre as condições de promoção, proteção e recuperação da saúde, assim como sobre a regulamentação, organização e funcionamento dos serviços do SUS. Desde a criação do SUS muitas transformações ocorreram, no cenário demográfico e no cenário epidemiológico, neste último, temos uma tripla carga de doenças: a agenda não superada de doenças infecciosas (intensificada pela COVID-19) e carências, causas externas como acidentes e as condições crônicas de saúde (MENDES, 2012). As condições crônicas de saúde são aquelas de início lento e permanente, que demandam um cuidado contínuo, proativo e integrado, onerando sobremaneira o Sistema Único de Saúde (BRASIL, 2012). Não possuem uma causa específica, por isso são consideradas como multifatoriais, relacionando-se com fatores não modificáveis e modificáveis. Em 2008, a Organização Mundial da Saúde (OMS) estimou que as quatro doenças crônicas que mais causam mortes no cenário mundial eram: doenças cardiovasculares, câncer, doença respiratória crônica e diabetes. Observa-se que todas essas doenças possuem fatores de risco modificáveis em comum: alimentação inadequada, sedentarismo, tabagismo e consumo de bebidas alcoólicas, sendo essencial estabelecer ações voltadas ao enfrentamento dessas condições (BRASIL, 2011).

Segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), em 2016, 74% dos óbitos no Brasil foram causados por DCNT. Os estudos de Malta et al (2014; 2019) apontam resultados semelhantes. Em trabalho publicado em 2019, os autores destacam que dos 72,3% dos óbitos causados por DCNT, em 2013, 29,7% foram Doenças Cardiovasculares, 16,8% Neoplasias, 5,9% Doenças Respiratórias Crônicas e 5,1% Diabetes Mellitus.

Diante da magnitude do problema de saúde pública representado pelas DCNT, diferentes estratégias de cuidado ao longo do tempo foram implementadas, com destaque ao MACC - Modelo de Atenção às Condições Crônicas, adaptado para o Brasil por Eugênio Vilaça Mendes. O MACC deve ser lido a partir de três óticas: Modelo de Pirâmide de Riscos; Modelo de Doença Crônica e Modelo de Determinação Social da Saúde. A partir dessa leitura, o cuidado das DCNT pode ser planejado considerando os cinco níveis: intervenções de promoção de saúde; Intervenções de prevenção das condições de saúde; gestão da condição de saúde e gestão de caso.

Em 2011, o Brasil lançou o “Plano de Enfrentamento às Doenças Crônicas Não Transmissíveis, 2011- 2022” com o objetivo de desenvolver nesse período estratégias e ações, baseadas em evidências científicas, com foco na prevenção e no controle das DCNT e seus fatores de risco, com 12 metas. Com a aproximação do fim do período de vigência, um novo material foi estruturado, o “Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas e Agravos Não Transmissíveis no Brasil 2021-2030”. No Rio Grande do Sul, uma das metas previstas no Plano Estadual de Saúde (PES) é a redução da mortalidade precoce (de 30 a 69 anos) pelo conjunto das quatro principais Doenças Crônicas Não Transmissíveis (doenças do aparelho circulatório, neoplasias, diabetes mellitus e doenças respiratórias crônicas). A seção de doenças de condições crônicas vem trabalhando no diagnóstico situacional destas doenças nas macrorregiões de saúde. Tem-se ainda o desafio da descentralização da informação produzida pela seção, bem como a realização de ações de sensibilização, capacitação,

desenvolvimento de planos de ação nas regionais a partir da realidade e das necessidades dos territórios, para o controle destes quatro agravos.

## **2. OBJETO**

O presente Termo de Referência surge da necessidade do fortalecimento da gestão estratégica da Seção de Doenças de Condições Crônicas Não Transmissíveis da SES/RS, no sentido de garantir a implementação de ações de promoção, prevenção, recuperação e vigilância da saúde da população gaúcha, considerando as doenças de condições crônicas não transmissíveis e seus fatores de risco. Assim, o objeto deste TR visa fomentar e qualificar as ações de vigilância epidemiológica, com ênfase no desenvolvimento de ações de promoção e prevenção, para subsidiar o controle das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT). Este Termo de Referência tem por finalidade a contratação de prestador de serviços que potencialize o apoio do Estado aos municípios, através do desenvolvimento de ferramentas e instrumentos que permitam:

- A qualificação do processo de gestão técnica da Política de Doenças de Condições Crônicas Não Transmissíveis, envolvendo o nível central, regional e municipal;
- O desenvolvimento de materiais e ferramentas de apoio técnicos para as equipes de saúde do estado;
- A elaboração de estratégias de comunicação efetivas visando à descentralização da informação para a população e equipes de saúde;
- O fortalecimento de processos de planejamento, execução e avaliação dos planos de ação desenvolvidos nos serviços de saúde;
- A qualificação profissional das equipes de saúde e de outras áreas afins que atendem diretamente a população;
- A qualificação dos processos de trabalho envolvidos na gestão técnica, subsidiada por dados epidemiológicos, análises de ações, das capacidades das redes e das principais demandas de saúde, de forma regionalizada;

## **3. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS**

**Produto 1:** Documento técnico contendo um guia de boas práticas para a qualificação das ações de vigilância, promoção e cuidado em Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) com foco no novo indicador de financiamento da Atenção Primária à Saúde (APS).

**Produto 2:** Documento técnico-educativo sobre ações preventivas para Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT), destinado a apoiar os profissionais de saúde para oferta junto aos usuários dos serviços de saúde.

## **4. RESPONSABILIDADES DO CONTRATADO:**

- 4.1. Executar as atividades previstas no Projeto conforme definidas neste Termo;
- 4.2. Manter conduta ética e sigilosa em suas atividades;
- 4.3. Entregar no prazo do contrato os relatórios e produtos detalhados neste Termo;
- 4.4. Participar ativamente das reuniões com a equipe técnica estadual, conselhos, comitês e demais políticas de saúde afins a temática.

## **5. REQUISITOS EXIGIDOS**

Número de Vagas: 01 (uma)

### **5.1 Formação Acadêmica**

Obrigatória:

- Graduação em Ciências da Saúde e/ou Ciências Humanas e/ou Ciências Sociais comprovada.

Desejável:

- Pós-graduação em Saúde Pública e/ou Gestão em Saúde e/ou Políticas Públicas comprovada.

### **5.2 Experiência Profissional**

Obrigatória:

- Mínimo de (2) dois anos de um ano de experiência comprovada na área de Doenças Crônicas não transmissíveis e/ou transmissíveis.
- OU mínimo de 2 (dois) anos de experiência atuando na Atenção Primária à Saúde.

Desejável:

- Mínimo de 1 (um) ano de experiência comprovada na área em planejamento e monitoramento de programas e projeto de saúde na esfera estadual ou federal, no âmbito do Sistema Único de Saúde.
- Experiência comprovada em processos de educação em saúde e/ou educação permanente com profissionais da rede de saúde.
- Experiência comprovada com prevenção junto às políticas de Doenças Crônicas Transmissíveis ou Não Transmissíveis.
- Experiência comprovada atuando na assistência na Atenção Primária à Saúde.

Outros

Obrigatório:

- Disponibilidade para viajar.
- Disponibilidade de tempo em horário comercial para atuar presencialmente em Porto Alegre.

Habilidades

- Habilidades de comunicação e de articulação entre os diferentes atores envolvidos.
- Habilidade de atuar de forma independente dentro do escopo das atividades contratadas.
- Habilidade de planejar, executar e avaliar projetos de curto, médio e longo prazo.
- Habilidade em criar e/ou propor ferramentas que otimizem os processos de trabalhos administrativos e técnicos.

**6. VIGÊNCIA: 4 (quatro) meses /2025**

**7. VALOR ESTIMADO: 29.700,00**

**8.FORMA DE PAGAMENTO**

<b>Data</b>	<b>Valor em R\$</b>	<b>Serviço</b>
2025	R\$ 13.000,00	<b>Produto 1:</b> Documento técnico contendo um guia de boas práticas para a qualificação das ações de vigilância, promoção e cuidado em Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) com foco no novo indicador de financiamento da Atenção Primária à Saúde (APS).
2025	R\$ 16.700,00	<b>Produto 2:</b> Documento técnico-educativo sobre ações preventivas para Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT), destinado a apoiar os profissionais de saúde para oferta junto aos usuários dos serviços de saúde.

\*Vigência, datas dos produtos, bem como valores do Contrato poderão sofrer alterações.

## **8. LINHA ORÇAMENTÁRIA E RESULTADO**

Enquadramento no Plano de Trabalho Anual:

<b>AÇÃO</b>	<b>VÍNCULO OPAS</b>	<b>LOCALIZAÇÃO NO MARCO LÓGICO</b>
Ação 11 - Elaboração de documento técnico com proposta de apoio às ações de vigilância epidemiológica na prevenção e controle nas regiões de saúde com foco nas doenças crônicas não transmissíveis.	Termo de Cooperação 156  Termo de Ajuste 1	RE 4 P2

FICHA DE AVALIAÇÃO CURRICULAR

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL / SECRETARIA DA SAÚDE  
Organismo Internacional - OPAS/OMS

EDITAL Nº 10

PERFIL 18

**Formação Acadêmica**  
Obrigatório: Graduação em Ciências da Saúde e/ou Ciências Humanas e/ou Ciências Sociais comprovada.  
Desejável: Pós-graduação em Saúde Pública e/ou Gestão em Saúde e/ou Políticas Públicas comprovada.

**Experiência Profissional**  
Obrigatório: Mínimo (2) dois anos um ano de experiência comprovada na área de Doenças Crônicas não transmissíveis e/ou transmissíveis; OU mínimo de 2 (dois) anos de experiência atuando na Atenção Primária à Saúde.  
Desejável: Mínimo de 1 (um) ano de experiência comprovada na área em planejamento e monitoramento de programas e projeto de saúde na esfera estadual ou federal, no âmbito do Sistema Único de Saúde; Experiência comprovada em processos de educação em saúde e/ou educação permanente com profissionais da rede de saúde; Experiência comprovada com prevenção junto às políticas de Doenças Crônicas Transmissíveis ou Não Transmissíveis; Experiência comprovada atuando na assistência na Atenção Primária à Saúde.

Nº. de vagas: Uma (01) vaga

Candidatos	QUADRO 01				QUADRO 2				Resultado da 1ª Etapa Classificado/ Não Classificado Máximo 6 pontos	Indicar quais candidatos devem ser chamados para a entrevista.
	1. Obrigatório Apresentação de Currículo SIM/ NÃO	2. Obrigatória graduação em Ciências da Saúde e/ou Ciências Humanas e/ou Ciências Sociais comprovada. SIM / NÃO	3. Experiência de trabalho comprovada de, no mínimo, 2 (dois) anos na área de Doenças Crônicas não transmissíveis e/ou transmissíveis; OU mínimo de 2 (dois) anos de experiência comprovada atuando na Atenção Primária à Saúde. SIM / NÃO	Validação Sim/Não	4. Pós-graduação em Saúde Pública e/ou Gestão em Saúde e/ou Políticas Públicas comprovada. (máximo) SIM = 1,0 NÃO = 0	5. Mínimo de 1 (um) anos de experiência comprovada na área em planejamento e monitoramento de programas e projeto de saúde na esfera estadual ou federal, no âmbito do Sistema Único de Saúde; SIM = 1,5 NÃO = 0	6. Experiência comprovada em processos de educação em saúde e/ou educação permanente com profissionais da rede de saúde. SIM = 1,5 NÃO = 0	7. Experiência comprovada com prevenção junto às políticas de Doenças Crônicas Transmissíveis ou Não Transmissíveis. SIM = 1 NÃO = 0		
1										
2										
3										
4										

Tabela de Pontuação - Peso dos documentos comprobatórios

**Quadro 01**

Questões eliminatórias. Caso o candidato tenha uma resposta negativa, não passa para a segunda fase da avaliação curricular.

**Quadro 02**

Questão 04: pontuar conforme os seguintes pesos, considerando apenas a graduação mais alta: Doutorado = 1,0 pontos / Mestrado = 0,75 pontos / Especialização e/ou Residência = 0,5 pontos / outros cursos não pontuam.

Questões 5, 6: pontuar 1,5 para Sim e 0 para Não.

Questões 7 e 8: pontuar 1 para Sim e 0 para Não.

Nome do avaliador: \_\_\_\_\_ Cargo: \_\_\_\_\_ Ass: \_\_\_\_\_